

Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A.
Itaguaçu - Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fótons de São Cláudio Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

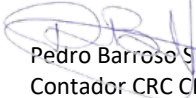
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 11 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	85.752	4	Fornecedores	7	1.507	-
Aplicações financeiras	5	12.367	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	419	324
Impostos a recuperar		26	-	Obrigações fiscais		51	-
Despesas antecipadas		370	-	Outras contas a pagar		24	-
Total do Ativo Circulante		98.515	4	Total do Passivo Circulante		2.001	324
Aplicações financeiras vinculadas	5	2.455	-	Empréstimos e financiamentos	8	84.918	-
Despesas antecipadas		-	300	Outras contas a pagar		23	-
Realizável à longo prazo		2.455	300	Total do Passivo Não Circulante		84.941	-
Imobilizado	6	13.202	593	Patrimônio líquido	9		
Total do Ativo Não Circulante		15.657	893	Capital social		29.084	1.312
Total do Ativo		114.172	897	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	486
				Prejuízos acumulados		(1.854)	(1.225)
				Total do Patrimônio líquido		27.230	573
				Total do Passivo		86.942	324
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		114.172	897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.
Demonstrações do resultado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas gerais ou administrativas	10	(888)	(505)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas		(888)	(505)
Receitas financeiras	11	263	-
Despesas financeiras	11	(4)	(2)
Resultado financeiro líquido		259	(2)
Prejuízo do exercício		(629)	(507)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(629)</u>	<u>(507)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(629)</u></u>	<u><u>(507)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.004	-	31	(718)	317
Capital subscrito	9	308	(308)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	308	(31)	-	277
Prejuízo do exercício		-	-	-	(507)	(507)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	486	-	486
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.312	-	486	(1.225)	573
Capital subscrito	9	39.365	(39.365)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	27.772	(486)	-	27.286
Prejuízo do exercício		-	-	-	(629)	(629)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		40.677	(11.593)	-	(1.854)	27.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(629)	(507)
Ajustes para:			
Rendimento de aplicações	5	(251)	-
		(880)	(507)
Variações nos ativos e passivos			
Despesas antecipadas		(70)	-
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		95	99
Fornecedores		635	1
Obrigações fiscais		51	-
Outras contas a pagar		27	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(142)	(407)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(24.341)	-
Resgates de aplicações financeiras	5	9.764	-
Aquisição de imobilizado	6	(11.704)	(57)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(26.281)	(57)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	9	27.286	277
Captações de empréstimos e financiamentos	8	85.750	-
Custos de captação - empréstimos e financiamentos	8	(865)	(300)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	486
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		112.171	463
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		85.748	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	85.752	4
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		85.748	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 15 de março de 2021 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar denominado UFV Fótons de São Claus 02; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 50 MW de capacidade instalada e está localizado em Itaguaçu (BA). Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 20 de dezembro de 2024, a Química Amparo Ltda. (“Ypê”) exerceu o direito de opção de compra de participação minoritária do capital social da Companhia pela Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), sendo transferido 19.931.730 ações ordinárias de classe B, representando 49% do total de ações e 4,9% do capital social subscrito.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de abril de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, outras contas a pagar, partes relacionadas - outras contas a pagar e empréstimos.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o parque solar da Companhia encontrava-se em fase de implantação, portanto, não havendo a necessidade da análise de *impairment* a ser realizado pela administração.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser

concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para as centrais geradoras de energia do parque solar, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena do empreendimento.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As

alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporária.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.10 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possuía notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.11 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Riscos pré-operacionais e operacionais**

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque solar, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos durante as fases do empreendimento, incluindo contratos de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional que cada uma se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em

atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. O principal passivo financeiro contratado é o financiamento com o BNB, apresentado na nota 8. A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para o serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

Um risco de mercado importante incorrido e gerenciado pela Companhia é a exposição cambial decorrente dos investimentos (CAPEX) realizados para a construção de projetos de geração de energia. Essa exposição decorre, principalmente, da importação de equipamentos e contratos firmados em moeda estrangeira. A dívida contratada, apresentada na nota 8, possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos - restrito	12.367	Baixa do CDI	12.364	12.361
Efeito no resultado	12		9	6
Aplicações financeiras – vinculadas	2.455	Baixa do CDI	2.388	2.323
Efeito no resultado	251		184	119
Empréstimos e financiamentos	(85.783)	Alta do IPCA	(85.791)	(85.800)
Efeito no resultado	(33)		(41)	(50)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	85.752	4
Total	85.752	4

5 Aplicações financeiras

a. **Composição do saldo**

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras – fundo restrito (a)	12.367	-
Aplicações financeiras – fundo de liquidez BNB (b)	2.455	-
Total	14.822	-
Ativo circulante	12.367	-
Ativo não circulante	2.455	-

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.*(Companhia em fase pré-operacional)**Demonstrações financeiras em**31 de dezembro de 2024*

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração, disponível para resgate a qualquer momento. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em conta de fundo de liquidez constituído por meio do Contrato de Financiamento com o BNB em 28 de junho de 2024. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato de financiamento. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024.

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	-	-
Rendimento de aplicações	251	-
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(6)	-
Aplicações financeiras	24.341	-
Resgates de aplicações financeiras	(9.764)	-
Saldos finais	14.822	-

6 Imobilizado**a. Composição do imobilizado**

Descrição	Taxa (%)	Custo	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em andamento	-	13.202	13.202	593
Total		13.202	13.202	593

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Imobilizado em andamento	593	12.609	13.202
Total	593	12.609	13.202

Descrição	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Imobilizado em andamento	362	231	593
Total	362	231	593

Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou pagamentos a título de adiantamentos a fornecedores de imobilizado em regime de condomínios no montante de R\$ 34, conforme nota 12, e adições ao ativo imobilizado no montante de R\$ 905 (R\$ 174 em 31 de dezembro de 2023) que não tiveram efeito caixa relativas à custo de empréstimos e provisão de medições de obras não faturadas em 31 de dezembro de 2024.

7 Fornecedores

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de obras e serviços (a)	1.507	-
Total	1.507	-

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$872.

8 Empréstimos e financiamentos

Em 28 de junho de 2024, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNB, no valor de R\$ 122.500 destinado à implantação do empreendimento, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") e da Agência Francesa de Desenvolvimento ("AFD"), conforme composição abaixo:

Data do contrato	Indexador	Spread	Fonte	Início pagamento do principal	Fim pagamento do principal	Valor (a)
28/06/2024	IPCA	4,27%	FNE	15/08/2026	15/07/2048	107.187
		11,00%	AFD	15/10/2026	15/10/2034	15.313
Total						122.500

- (a) Em 30 de dezembro de 2024 houve o 1º desembolso no montante de R\$ 85.750.

Os *covenants* dos contratos firmado são aqueles usuais (não financeiros) para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e a garantia dele se dá por meio de fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento, e por conta reserva (fundo de liquidez) – em novembro de 2024 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* presentes no contrato.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNB	FNE e AFD	85.783	-
Custo de captação		(865)	-
Total		84.918	-

b. Movimentação da conta

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	-	-
Captações	85.750	-
Capitalização de juros	33	-
Custo de captação incorrido no exercício	(865)	-
Saldos finais	84.918	-
Circulante	-	-
Não circulante	84.918	-

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2026	946	1%	-	-
2027	2.279	3%	-	-
2028	2.612	3%	-	-
2029	2.843	3%	-	-
2030	2.945	3%	-	-
2031	2.897	3%	-	-

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2032	3.022	4%	-	-
2033	3.271	4%	-	-
2034	3.868	5%	-	-
2035	2.947	3%	-	-
2036	3.476	4%	-	-
2037	3.645	4%	-	-
2038	3.871	5%	-	-
2039	4.052	5%	-	-
2040	4.148	5%	-	-
2041	4.125	5%	-	-
2042	4.295	5%	-	-
2043	4.676	5%	-	-
2044	4.989	6%	-	-
2045	5.261	6%	-	-
2046	5.673	7%	-	-
2047	6.191	7%	-	-
2048	3.751	4%	-	-
Total parcelas – longo prazo	85.783	100%	-	-
(-) Custo de captação – longo prazo	(865)	-	-	-
Saldo total – longo prazo	84.918	-	-	-

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 29.084 (R\$ 1.312 em 31 de dezembro 2023) e está representado por 20.338.500 ações ordinárias e 9.152.325 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital (a)	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
CDV	93,1%	27.091	9.152.325	100%	1.312	1.312.000
Ypê	6,9%	1.993	19.931.730	-	-	-
Total	100%	29.084	29.084.055	100%	1.312	1.312.000

Abaixo apresenta-se a movimentação do capital social por acionista em 2024:

Movimentação de capital	CDV		Ypê		Capital social
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital subscrito	Capital a integralizar	
Saldos em 1º de janeiro	1.312	-	-	-	1.312
Subscrição de capital	37.372	(37.372)	1.993	(1.993)	-
Incorporação de AFAC	-	486	-	-	486
Integralização de capital	-	25.293	-	1.993	27.286
Saldos em 31 de dezembro	38.684	(11.593)	1.993	-	29.084
Participação societária (nota 1.1)	95,1%	-	4,9%	-	-

- (a) No termo de fechamento da venda de ações à Ypê (nota 1.1), foi considerado R\$ 40.677 como capital subscrito, parcialmente integralizado no montante de R\$ 29.084, sendo R\$ 1.993 e R\$ 27.091, pelos acionistas Ypê e CDV, respectivamente. Entretanto, em 31 de dezembro de 2024 a CDV ainda não havia integralizado o valor residual de R\$ 11.593, motivo pelo qual gerou a desproporcionalidade dos percentuais de participação no capital social integralizado da Companhia nesta data-base. Como resultado, os acionistas possuíam 6,9% (Ypê) e 93,1% (CDV) do capital integralizado, frente a 4,9% (Ypê) e 95,1% (CDV) relativos à participação sobre o capital subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2024. A totalidade do capital a integralizar foi

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.*(Companhia em fase pré-operacional)**Demonstrações financeiras em**31 de dezembro de 2024*

aportado pela CDV em período subsequente à data-base das demonstrações financeiras da Companhia (Vide Nota 15 – Eventos subsequentes).

Aumento de capital

Em 15 de maio de 2023 de acordo com Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), foi subscrito capital no montante de R\$ 78, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 47 e R\$ 31 com créditos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”) de 2022.

Em 29 de setembro de 2023, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 230, o qual foi plenamente integralizado em moeda corrente nesta data.

Em 31 de janeiro de 2024, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 817, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 331 e R\$ 486 com créditos de AFAC de 2023.

Em 26 de junho de 2024, de acordo com AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 204, plenamente integralizado em moeda corrente na mesma data.

Em 31 de outubro de 2024, de acordo AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 38.344, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 26.751, restando o montante R\$ 11.593 a ser integralizado no exercício seguinte.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Durante o exercício de 2023 a CDV realizou aportes na Companhia mediante AFAC no montante de R\$ 486.

10 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados – pessoa jurídica	(1)	(5)
Compartilhamento de despesas (nota 12.a)	(863)	(499)
Outras despesas	(24)	(1)
Total	(888)	(505)

11 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	263	-
Total	263	-
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	(2)	-
Total	(4)	(2)
Resultado financeiro líquido	259	(2)

Durante o exercício a Companhia incorreu em R\$ 33 referente a juros sobre empréstimos, capitalizado como custos de empréstimos.

12 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritos abaixo:

Fótons de São Claudio Energias Renováveis S.A.*(Companhia em fase pré-operacional)**Demonstrações financeiras em**31 de dezembro de 2024*

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	34	-
Imobilizado		
Adiantamento a fornecedores de imobilizado (nota 6.a)	34	-
Passivo	419	324
Partes relacionadas – outras contas a pagar		
Compartilhamento de despesas (a)	168	194
Transações de condomínios (b)	251	130
Resultado	(863)	(499)
Despesas gerais ou administrativas		
Compartilhamento de despesas (a)	(863)	(499)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a CDV.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 30 de novembro de 2022, os diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

13 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		85.752	85.752	4	4
Aplicações financeiras		14.822	14.822	-	-
Fornecedores		(1.507)	(1.507)	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(419)	(419)	(324)	(324)
Outras contas a pagar		(48)	(48)	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(84.918)	(85.783)	-	-
Total		13.682	12.817	(320)	(320)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNB	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

14 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

15 Eventos subsequentes

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras pela Diretoria, a CDV realizou o aporte de capital no montante de R\$ 11.593 mediante recibos de integralização, representando a totalidade do saldo de capital a integralizar ao final do exercício de 2024.